

UNIDADE 1 - ASPECTOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 1 – ORIGEM HISTÓRICA E CONCEITOS CONTÁBEIS

01

1 - HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade surgiu da necessidade que as pessoas tinham de controlar o que possuíam, ganhavam ou deviam. Sem dúvidas, a preocupação com as propriedades e a riqueza era uma constante no homem da antiguidade e continuou sendo ao longo dos tempos.

Ao inventariar seus rebanhos e contar suas ânforas de bebidas, o homem primitivo estava utilizando uma prática rudimentar de Contabilidade. Os estudiosos consideram que desde 4.000 a.C. já podiam ser encontrados sinais objetivos da existência de contas. Eles foram localizados na civilização suméria, sendo que os registros das contas eram feitos em pedaços de argila.



Os agricultores egípcios nas margens do Nilo pagavam aos coletores de tributos, pelo uso de água para irrigação, com cereais e linhaça. Para controlar os pagamentos, eram fornecidos recibos aos agricultores, sob a forma de figuras de recipientes de cereais desenhadas nas paredes de suas casas.

02

Os romanos chegaram a ter um livro de escrituração de fatos patrimoniais para cada atividade desenvolvida (livro de fabricação de azeite, de vinho ou de armas) e/ou um livro das despesas e receitas.

Enquanto foi utilizado o escambo, sistema em que as mercadorias eram trocadas por outras, os negociantes contavam os bens e registravam as obrigações e os direitos de cada um, geralmente com o testemunho de terceiros, denominados contadores; porém não era feita uma avaliação monetária,

realizava-se basicamente um inventário físico. Com o passar dos tempos, a Contabilidade foi evoluindo lentamente até o aparecimento da moeda.



Sistema de troca direta de uma mercadoria por outra de valor equivalente, sem intermediação de moeda. Transação comercial comum nas sociedades primitivas.

03

Do Século XIII até o início do Século XVII, as cidades italianas de Veneza, Pisa, Gênova e Florença apresentavam intensa atividade mercantil e cultural. Contavam, portanto, com os ingredientes necessários para o florescimento da Contabilidade.

Leonardo Fibonacci ou Leonardo Pisano, isto é, Leonardo da cidade de Pisa, nasceu no final do Século XII. Ele teve o primeiro contato com a cultura árabe em Bejaia, cidade localizada na costa africana, onde atualmente é a Argélia. Ao aprender álgebra e geometria, descobriu que, ao contrário da cultura européia, os árabes utilizavam números em lugar de letras para representar os algarismos.

Reconhece-se como tendo sido o grande mérito de Fibonacci vislumbrar a possibilidade de aplicar os conhecimentos da aritmética nas operações comerciais da época. Seu livro *liber abaci*, escrito em 1202, é o mais conhecido de seus trabalhos.



O frei Luca Pacioli, nascido na Toscana, região da atual Itália, publicou em Veneza, em 1494, o *Tractatus de Computis et Scripturis* dentro da obra *Summa de Arithmética, Geometria, Proportioni et Proportionalitá*. A maior contribuição do livro de Pacioli foi a divulgação do método de escrituração contábil denominado de Método das Partidas Dobradas.

Sabe-se que ele não foi o seu inventor, apenas o descreveu. Na verdade, o método estava em uso em Veneza há mais de 200 anos. Entretanto, a obra de Pacioli foi muito importante para a disseminação das partidas dobradas, razão pela qual ele é considerado o pai da Ciência Contábil moderna.

Tem como princípio fundamental que "para todo débito existe um crédito de igual valor e vice-versa".

04

A Contabilidade como ciência veio a florescer no início do Século XVIII, na Itália, para suprir as necessidades de controle resultante da grande atividade mercantil gerada pelo capitalismo. E a Escola Italiana, como ficou conhecida, difundiu-se pelo mundo.

A primeira sociedade de contadores foi criada em Veneza, em 1581. Por sua vez, em Edimburgo, na Inglaterra, o anuário municipal de 1773 indicava a existência de sete contadores. Todavia, o surgimento da profissão ocorreu de uma forma estruturada no final do Século XVIII, em decorrência da Revolução Industrial. Em 1880, foi fundado o Instituto de Contadores Registrados da Inglaterra e do País de Gales. E o Instituto Americano (American Association of Public Accountants - AAPA) surgiu em 1887.



Alemães e ingleses participaram, juntamente com os italianos, no Século XIX, da evolução da teoria contábil, que avançou com relação às necessidades das sociedades. Esse período evolutivo ficou conhecido como Escola Europeia.

De 1900 a 1920 ocorreu o auge do movimento científico-administrativo e do crescimento das necessidades por informações gerenciais, que foi marcado pela preocupação fundamental de controlar os custos de fabricação. Aproximadamente em 1920 se iniciou a fase de predominância norte-americana.

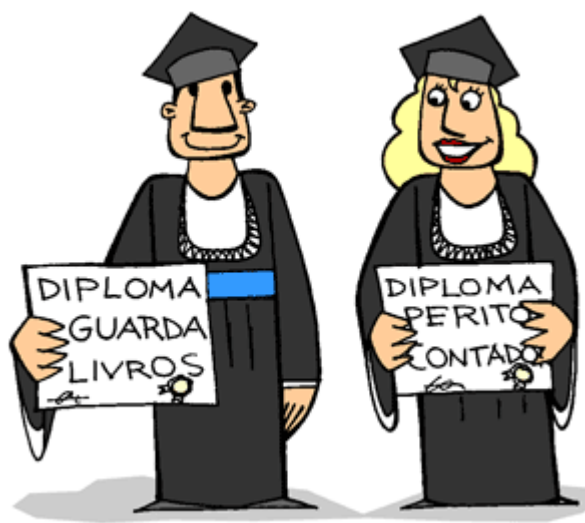
05

2 - A CONTABILIDADE NO BRASIL

Uma das primeiras manifestações contábeis, em nosso País, ocorreu no reinado de D. João VI. Quando da instalação de seu governo provisório, em 1808, foi publicado um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda a aplicarem o método das partidas dobradas na escrituração mercantil.

No campo da legislação, o Código Comercial de 1850 funcionou como elemento propulsor do desenvolvimento contábil brasileiro. Ele instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil e da elaboração anual da demonstração do Balanço Geral das empresas comerciais.

Em 20 de abril de 1902, no Rio de Janeiro, foi criada a Escola Prática de Comércio, que passou a oferecer os cursos de Guarda-Livros e de Perito Contador, reconhecidos oficialmente pelo Decreto Federal nº 1339, de 9 de janeiro de 1905.



A Escola Italiana foi, durante muitos anos, a força máxima da expressão contábil no Brasil. Com a instalação de empresas multinacionais no País, a Escola Americana passou a ser difundida mais amplamente. Como exemplo de sua influência, pode ser citada a Lei das Sociedades por Ações, que foi inspirada, em sua parte contábil, na doutrina norte-americana.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, traz as disposições que as Sociedades por Ações (Sociedades Anônimas) devem seguir desde a sua constituição. Em seu artigo 1º, determina que o capital social seja dividido em ações e que a responsabilidade dos sócios ou acionistas seja limitada ao valor da emissão das ações subscritas ou adquiridas. Quando as ações de uma sociedade anônima são negociadas nas bolsas de valores, diz-se que é uma sociedade anônima de capital aberto, porque qualquer pessoa pode comprar ações na bolsa e tornar-se acionista. Existem, também, as sociedades anônimas de capital fechado, que não negociam suas ações em bolsas.

06

3 - A TERMINOLOGIA CONTÁBIL

Todo ramo do saber humano tem sua linguagem especial. Isso ocorre, também, com a Contabilidade, que possui linguagem própria. Embora alguns termos contábeis coincidam com termos utilizados em nossa linguagem cotidiana, eles nem sempre significam a mesma coisa. Apresentamos, a seguir, dois exemplos:

- na linguagem coloquial, **ativo** significa uma pessoa esperta, rápida. Já na Contabilidade, **ativo** são os recursos econômicos possuídos por uma empresa;
- **razão**, na linguagem cotidiana, é sinônimo de raciocínio, ou seja, é a faculdade de avaliar idéias universais. Mas, na Contabilidade, **razão** é um livro de escrituração mercantil que contém o resumo das contas lançadas no diário.



Os registros contábeis devem fornecer informações confiáveis e no nível de detalhe adequado. Para isso, há necessidade de padronização e normatização do trabalho contábil, inclusive em relação à terminologia, evitando interpretações equivocadas das transações registradas pela empresa. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) estabelece que “os termos utilizados nos registros e nas demonstrações contábeis consequentes devem expressar, tanto quanto possível, o verdadeiro significado das transações ocorridas, preservando-se expressões do idioma nacional”. Deve-se evitar, portanto, termos americanizados, como cash ou goodwill.

A utilização de termos muito genéricos também não é aconselhável por permitir falhas na percepção de detalhes relevantes, indicadores de problemas ou aspectos positivos da situação patrimonial da entidade. O termo “credores”, por exemplo, apresenta informações muito agregadas, omitindo a identificação dos tipos de credores, como fornecedores, bancos ou governo. Com isso, a entidade pode estar com elevadas dívidas tributárias e esse fato não ser percebido pelos usuários da informação contábil.

Pode ser substituído, em português, pelo termo disponível.

Pode ser substituído, em português, pelos termos “ponto” ou “fundo de comércio”.

07

Além da capacidade informativa, a contabilidade permite, por meio de suas técnicas, manter um controle permanente do patrimônio da empresa. O controle contábil se impõe para evitar ou diminuir as possibilidades de erros e/ou irregularidades. Os erros referem-se às incorreções involuntárias nas demonstrações contábeis, incluindo falhas nos cálculos e na execução dos registros, assim como decorrentes da interpretação equivocada ou por desconhecimento dos Princípios e Convenções Contábeis. As Irregularidades referem-se às distorções voluntárias e intencionais nas demonstrações

contábeis, incluindo simulações deliberadas pela administração (fraude gerencial) e apropriação de ativos (desfalques). Assim, quando se verifica um engano na soma de valores, acontece um erro; mas, quando a gerência cria um Caixa 2, ocorre uma **irregularidade**.



O controle contábil adota como um de seus principais instrumentos a escrituração, considerada uma das técnicas da Contabilidade e que consiste em registrar, nos livros próprios, os fatos que provocam modificações no patrimônio de uma entidade. Não resta dúvidas de que a informalidade facilita a promoção de irregularidades.

Caixa 2: controle paralelo de recursos financeiros, decorrentes de operações de compras e vendas sem as respectivas notas fiscais. Trata-se de uma irregularidade promovida com a finalidade de burlar o fisco e/ou sócios da empresa.

08

4- CONCEITO E ABRANGÊNCIA DA CONTABILIDADE

A Contabilidade tem sido definida de diferentes maneiras. Cada definição atende a propósitos diversos, conforme seja a intenção de abordar os assuntos contábeis. Sob a ótica da administração, a contabilidade é um importante instrumento que auxilia os administradores a tomar decisões. Na verdade, ela coleta dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a gestão empresarial.

O Professor Hilário Franco apresenta um conceito que permite uma compreensão mais abrangente do processo contábil:

“Contabilidade é a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial”.

Um ramo do conhecimento humano, para ser considerado ciência, precisa apresentar características que o tirem da simples conotação de arte, técnica ou ferramenta. Alguns autores entendem que podemos afirmar que a Contabilidade é uma ciência porque possui objeto determinado e método de investigação próprio.

09

Clóvis Padoveze procura demonstrar que a Contabilidade é uma ciência porque apresenta as seguintes características:

- a) tem objeto de estudo próprio;
- b) utiliza-se de método racional;
- c) estabelece relações entre os elementos patrimoniais, válidas em todos os espaços e tempos, ou seja, é um ramo de conhecimento universal e permanente;
- d) apresenta-se em constante evolução;
- e) o conhecimento contábil é regido por leis, normas e princípios, ou seja, tem um corpo de teorias e princípios contábeis;
- f) seus estudos têm o caráter de generalidade, ou seja, os mesmos eventos econômicos reproduzidos nas mesmas condições provocam os mesmos efeitos;
- g) tem o caráter preditivo, isto é, os modelos contábeis permitem a construção de modelos de decisão para eventos futuros;
- h) tem o caráter de certeza na afirmação de seus enunciados, isto é, suas aplicações podem ser comprovadas por evidências posteriores;
- i) está relacionada com os demais ramos do conhecimento científico, pois utiliza a matemática, filosofia, economia, psicologia, administração, direito etc.

O patrimônio e os eventos econômicos que alteram esse patrimônio.

Método das Partidas Dobradas.

10

O **Patrimônio** é o objeto da contabilidade e pode ser entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações.

Os **bens** podem ser definidos como quaisquer coisas capazes de satisfazer as necessidades humanas e suscetíveis de avaliação econômica, enquanto os **direitos** são bens que nos pertencem, mas estão sob a posse de terceiros. No sentido contábil, são os créditos a receber de terceiros, como por exemplo: contas a receber por vendas a prazo e dinheiro aplicado em instituições bancárias.

As **obrigações**, por outro lado, são dívidas ou compromissos para com terceiros, tais como: impostos a recolher, duplicatas a pagar, empréstimos bancários e faturas mensais de serviços contratados (energia elétrica, água e telefone).

O patrimônio abrange, portanto, tudo aquilo que a entidade tem (**bens e direitos**) e tudo que a entidade deve (**obrigações**).

Qualquer pessoa é titular de um patrimônio. Qualquer cidadão possui bens, direitos e obrigações; o que varia é o valor do patrimônio das pessoas. Ocorre da mesma forma com as empresas, ou seja, toda empresa tem um patrimônio, variando apenas o tamanho do mesmo, numa escala que pode ir do patrimônio da microempresa até o patrimônio de uma grande multinacional.

Observe, ainda, que o patrimônio é dinâmico. As mutações ocorrem sempre que a entidade efetua qualquer tipo de transação: pagamentos, recebimentos, compras, vendas, empréstimos, etc.

Coisas: existem na natureza, independente da intervenção do homem, como os rios, os mares, a terra, as árvores e o ar.

11

5 - OBJETIVO DA CONTABILIDADE

A função da Contabilidade é prover cada usuário de informação útil para a tomada de decisões econômicas.

Como um sistema de informações, a contabilidade registra e processa dados, produzindo relatórios e demonstrações contábeis que são colocados à disposição dos usuários internos e externos à entidade. É importante delinear o tipo e a qualidade da informação que a Contabilidade deve estar em condições de fornecer a vários grupos de pessoas interessadas, cujos interesses nem sempre são coincidentes, embora não se chegue ao exagero de afirmar que sejam conflitantes.

Administradores e outros responsáveis por decisões. Os responsáveis pela condução dos negócios de uma entidade são os usuários mais interessados na informação contábil. O interesse nos dados contábeis destas pessoas atinge um grau de profundidade e análise, bem como de frequência, muito maior do que para os demais grupos de usuários. Para agir no futuro não é suficiente saber o que ocorreu no passado, mas é necessário saber o que está acontecendo no presente. Por isso, os relatórios destinados aos tomadores de decisão não se limitam ao Balanço Patrimonial e à Demonstração de Resultados, mas um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e econômica das empresas. As informações devem atender às necessidades desses usuários apresentando respostas para questões como:

- O lucro diminuiu devido à redução real nas vendas?
- Os custos se elevaram?
- Quais produtos são mais lucrativos?

Entre as vantagens que as informações contábeis oferecem, a principal é a de auxiliá-los no processo decisório. Nesse contexto, a contabilidade pode favorecer a redução das incertezas existentes. Pode também ajudar a verificar se as decisões tomadas no passado estavam corretas, promovendo o aprendizado por meio do exame dos erros cometidos.

Sócios e acionistas. São interessados principalmente na rentabilidade e segurança de seus investimentos e muitas vezes se mantêm afastados da direção da empresa. Por isso, precisam de informações resumidas que respondam às suas perguntas, tais como: a empresa está proporcionando resultados satisfatórios ou está apresentando prejuízo? Oferece perspectivas de rentabilidade e segurança para seus investimentos? Existe alguma alternativa mais adequada? Qual a taxa de lucratividade proporcionada? Normalmente, os relatórios contábeis básicos e os esclarecimentos prestados pela Administração por ocasião das Assembléias são suficientes para responder a tais perguntas.

12

Fornecedores e emprestadores de dinheiro. Eles têm como principal objetivo o retorno dos recursos investidos. Para eles, é importante saber se a empresa tem condições de pagar o empréstimo contratado ou a mercadoria entregue. Assim, as informações que necessitam são ligadas à rentabilidade e garantia de retorno dos recursos investidos.

Governo. O financiamento da atividade governamental necessita de recursos que, em grande parte, vêm da atividade empresarial sob a forma de tributos. Portanto, o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos. Dentre outras questões, o governo procura identificar se não estão ocorrendo fraudes gerenciais e/ou irregularidades contábeis.

No Brasil, o fisco tornou-se um dos maiores usuários da contabilidade, sendo que tem exigido que as entidades mantenham uma escrituração contábil mínima.

Empregados da empresa. Eles têm interesse por ser a empresa a fonte de recursos que assegura seus salários e participações nos lucros. Quando a empresa estiver passando por dificuldades financeiras é importante saber se há perspectivas de recuperação; o desconhecimento da realidade financeira e das perspectivas da entidade pode fazer com que o empregado não se prepare para enfrentar uma possível falência da empresa. Por outro lado, quando ela vai bem, é bom o empregado saber se a empresa está cumprindo os acordos de participação nos lucros.

Conclusões. Cada usuário possui seus interesses e espera que as informações contábeis o auxiliem na realização de seus propósitos. Entretanto, as informações fazem mais que simplesmente comunicar. O tipo de informação comunicada provoca ações que determinam o desempenho da empresa.

13

RESUMO

A Contabilidade surgiu da necessidade que as pessoas tinham de controlar o que possuíam, ganhavam ou deviam. Datam de cerca de 4.000 a.C. os sinais objetivos mais remotos da existência de contas. O surgimento do capitalismo deu impulso definitivo a esta importante ciência. Verifica-se, até 1920, aproximadamente, uma influência muito grande da escola européia e da italiana em particular, e, a partir de então, ocorre a fase de predominância norte-americana.

No Brasil, no reinado de D. João VI, em 1808, foi publicado um alvará obrigando a aplicar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil. Em 1850, o Código Comercial instituiu a obrigatoriedade da escrituração contábil das empresas comerciais. No Rio de Janeiro, em 1902, passaram a ser oferecidos os cursos de Guarda-Livros e de Perito Contador. A Lei das Sociedades por Ações, de 1976, foi inspirada na doutrina norte-americana.

A Contabilidade é uma ciência que tem por objeto o patrimônio e possui método de investigação específico. Ela utiliza linguagem própria e procura evitar termos americanizados ou muito genéricos.

Entidade é qualquer pessoa detentora de um patrimônio. A Contabilidade estuda aspectos relativos à composição e às variações de um patrimônio, que é o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

O controle contábil se impõe para evitar ou diminuir as possibilidades de erros e/ou irregularidades. Ele adota a escrituração como um de seus principais instrumentos.

A Contabilidade procura fornecer o máximo de informações úteis para a tomada de decisões e para o controle do patrimônio de uma entidade. Ela apresenta a realidade econômica e financeira da empresa aos interessados por essa informação.

Usuário é toda pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade. Alguns dos principais usuários das informações contábeis são: administradores e outros responsáveis por decisões, sócios e acionistas, fornecedores e emprestadores de dinheiro, governo e empregados da empresa. Cada usuário possui seus interesses e espera que as informações contábeis o auxiliem na realização de seus propósitos.

UNIDADE 1 - ASPECTOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE

MÓDULO 2 – PRINCÍPIOS, CONVENÇÕES E NORMAS CONTÁBEIS

01

1 - O QUE SÃO PRINCÍPIOS E CONVENÇÕES E NORMAS CONTÁBEIS?

Os Princípios, Convenções e Normas objetivam o tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações deles decorrentes.

O Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON e alguns autores, dentre eles Clóvis Padoveze e Sérgio de Iudícibus, fazem distinção entre Princípio e Postulado. Nossa posição encontra apoio na maioria dos autores, como A. Lopes de Sá, Hilário Franco e Sílvio Aparecido Crepaldi. Não adotamos tal distinção por entender que não contribui para separar o que é fundamental do que é apenas acessório para a aplicação prática da Contabilidade.



"Premissa(s) básica(s) acerca dos fenômenos e eventos contemplados pela Contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica, social e institucional". Definição da Equipe de Professores da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, encontrada no livro Contabilidade Introdutória, 9ª ed., São Paulo: Atlas, 1998, p. 262.

É uma verdade axiomática, que independe de demonstração. Clóvis Padoveze, Sérgio de Iudícibus e o IBRACON relacionam dois Postulados Contábeis: da Entidade e da Continuidade.

02

O Conselho Federal de Contabilidade, emitindo a Resolução CFC nº 750, de 29 de dezembro de 1993, dispôs no § 1º do art. 1º que: "A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC)".

Os Princípios referem-se às diretrizes mais gerais e as Convenções aos procedimentos que delimitam a

aplicação dos Princípios. Enquanto os Princípios e as Convenções fundamentam e justificam a ação, as Normas a dirigem na prática. Entretanto, as Normas não podem contrariar os Princípios e as Convenções.



03

Na linguagem coloquial, utiliza-se a palavra princípios com o significado de origem, começo. Na Contabilidade, consideram-se como Princípios os conceitos e postulados gerais emanados da doutrina contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade estabelece, no art. 2º da Resolução nº 1.282/10: "Os Princípios Fundamentais de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade consoante o entendimento predominante no universo científico e profissional de nosso País".

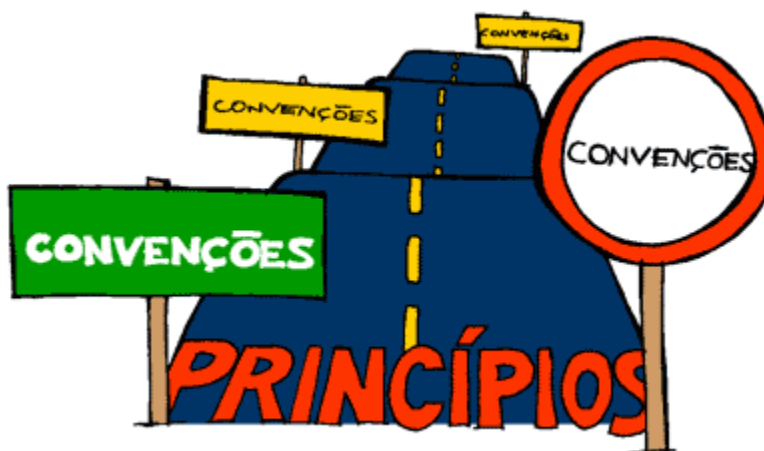
Os Princípios Contábeis surgiram em decorrência das respostas que os contadores foram desenvolvendo, ao longo dos tempos, para problemas e desafios surgidos na prática. Eles são institutos imprescindíveis à uniformização dos procedimentos metodológicos. Se não existissem, cada entidade poderia praticar forma própria de registrar os fatos contábeis, tornando impossível a correta mensuração da riqueza patrimonial, necessária ao resguardo dos interesses da coletividade, dos particulares e dos próprios sócios e acionistas, sobretudo os minoritários.



Um princípio para se tornar geralmente aceito deve ser reconhecido pelo consenso profissional como útil e praticável. A utilidade é verificada pela relevância da premissa para a prática contábil. A praticabilidade não deve ser confundida com dificuldade. Ela deve ser analisada mais em termos da relação custo-benefício. Se a aplicação do princípio é difícil, mas relevante, não deve ser descartada como impraticável.

04

Segundo o Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON, "as Convenções ou Restrições representam, dentro do direcionamento geral dos Princípios, certos condicionamentos de aplicação, numa ou noutra situação prática. Os Princípios representam a larga estrada a seguir rumo a uma cidade. As Convenções seriam como sinais ou placas indicando, com mais especificidade, o caminho a seguir, os desvios, as estradas, saídas etc."



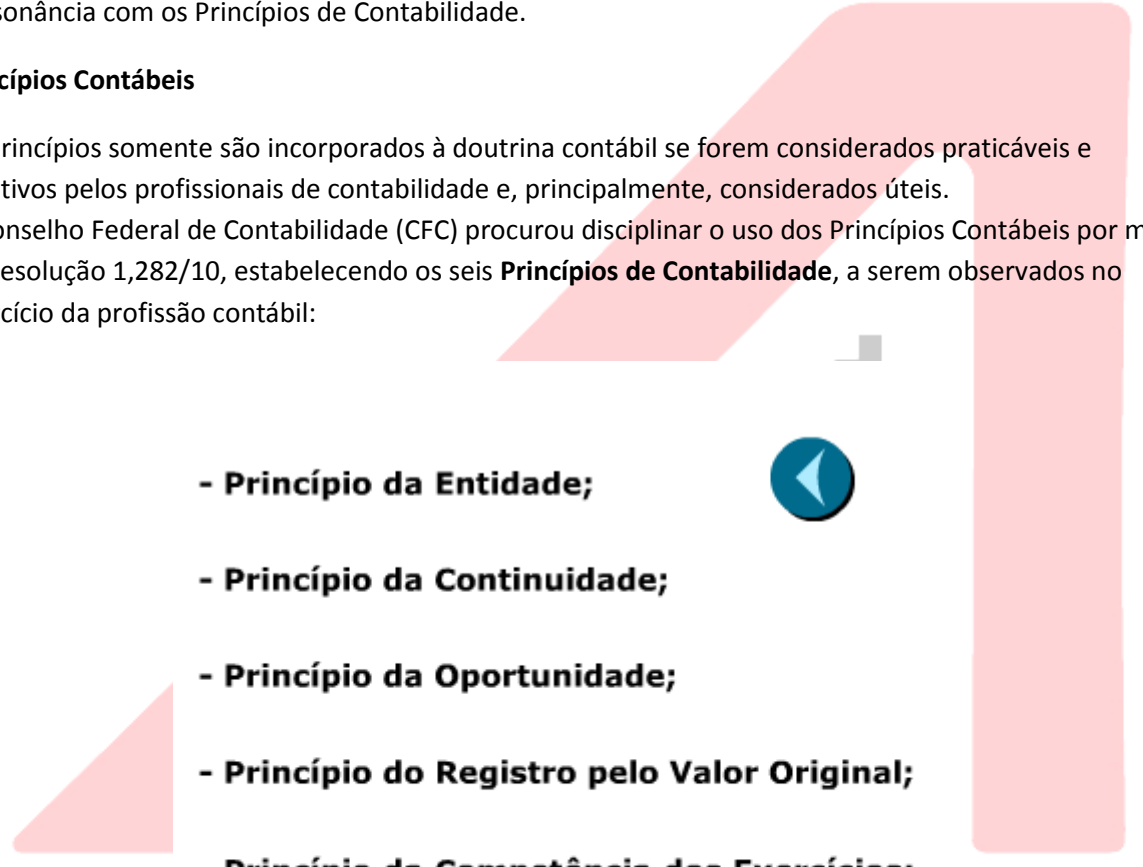
Devido à ampla margem de liberdade que os Princípios permitem ao contador, nos registros das operações, as Convenções surgem com o objetivo de restringir ou limitar o conteúdo dos Princípios, definindo mais precisamente seu significado.

05

A Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, dispõe sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). Em seu art. 1º diz que as NBC estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos a serem observados quando da realização de trabalhos contábeis, em consonância com os Princípios de Contabilidade.

Princípios Contábeis

Os princípios somente são incorporados à doutrina contábil se forem considerados praticáveis e objetivos pelos profissionais de contabilidade e, principalmente, considerados úteis. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) procurou disciplinar o uso dos Princípios Contábeis por meio da Resolução 1,282/10, estabelecendo os seis **Princípios de Contabilidade**, a serem observados no exercício da profissão contábil:

- 
- **Princípio da Entidade;**
 - **Princípio da Continuidade;**
 - **Princípio da Oportunidade;**
 - **Princípio do Registro pelo Valor Original;**
 - **Princípio da Competência dos Exercícios;**
 - **Princípio da Prudência.**

06

- **Princípio da Entidade (ENTITY)**

Vimos, anteriormente, que uma entidade é qualquer pessoa (física ou jurídica) detentora de um patrimônio. Segundo o Princípio da Entidade, a Contabilidade é realizada para as entidades, como pessoas distintas dos sócios ou proprietários. Assim sendo, o Princípio afirma a autonomia patrimonial,

no sentido de que o patrimônio de uma entidade não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários.

O Sr. Manoel tem um pequeno comércio, mas mantém no Banco do Estado de Goiás - BEG uma única conta em seu nome. Nessa conta estão depositados R\$ 5.000,00, dos quais R\$ 1.500,00 são dele, como pessoa física e o restante pertence a sua empresa. Adotar o Princípio da Entidade significa separar as transações da entidade das de seus sócios ou proprietários. Portanto, nem o Sr. Manoel deve lançar mão, para fins particulares, do dinheiro da Mercearia Portuguesa, nem vice-versa. O ideal, sempre que possível, é que a separação seja formal, ou seja, que seja aberta uma conta para o Sr. Manoel e outra para a Mercearia Portuguesa.



07

Uma entidade é uma unidade para a qual se coleta, registra, demonstra e divulga situações patrimoniais. Modernamente, com o crescimento e com a descentralização ou desconcentração das empresas, a entidade pode ser um órgão dentro de uma empresa ou uma empresa dentro de um grupo empresarial, em que houve a decisão de estabelecer tratamento diferenciado como se fossem unidades econômicas separadas.

É preciso ter cuidado para que não ocorram transações entre a empresa e seus sócios, proprietários ou entidades ligadas, em condições que não sejam de mercado, porque caracterizariam irregularidade geralmente classificada como fraude gerencial ao Princípio da Entidade.

Exemplos

1) O proprietário da Comercial Tanure adquire um veículo para sua esposa e o coloca em nome da empresa, pois assim poderá lançar as despesas do veículo como se fossem da Comercial Tanure, reduzindo o lucro e consequentemente o Imposto de Renda a pagar. Este fato compreende uma desobediência ao Princípio da Entidade.

2) O Sr. Roberto utiliza dinheiro de sua poupança pessoal para saldar dívidas da empresa quando percebe problemas no fluxo de caixa, sem qualquer contabilização do empréstimo. Este fato também consiste em uma desobediência ao Princípio da Entidade porque não se pode misturar o patrimônio dos sócios com o patrimônio da empresa. As transações podem ser realizadas desde que sejam contabilizadas e em condições normais de mercado.

08

- **Princípio da Continuidade (Going Concern)**

O Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e apresentação dos componentes do patrimônio devem levar em conta essa circunstância. A Continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da Entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível. A observância do Princípio da Continuidade é indispensável à correta aplicação do Princípio da Competência, por se relacionar diretamente à quantificação dos componentes patrimoniais e à formação do resultado, e de constituir dado importante para aferir a capacidade futura de geração de resultado.

Quando uma empresa está em condições de continuar suas atividades, avaliam-se seus ativos a valor de entrada (custo). Os valores de entrada são mais apropriados que os de saída, porque são mais objetivos e não registram ganhos ainda não realizados.

Uma empresa em processo de extinção é tratada, contabilmente, de forma diferente. No momento em que se verifica que a entidade não tem condições de continuar existindo, passam a interessar os valores de realização do ativo e de liquidação do passivo. No caso dos ativos, eles são avaliados a valor de saída (valor de mercado), que é a expectativa futura de recebimentos, baseada no seu preço de venda. Entretanto, a suspensão de atividades pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos, com a perda, até mesmo integral, de seu valor. Isto pode ocorrer, por exemplo, com máquinas obsoletas. Alguns ativos intangíveis, como marcas, patentes e fundo de comércio, só têm valor, na maioria dos casos, quando há continuidade na vida operacional da entidade.

Exemplo

Compreendem os bens e os direitos de uma entidade expressos em moeda, tais como: disponibilidades financeiras imediatas (dinheiro no caixa ou em bancos), imóveis, veículos, equipamentos, mercadorias e títulos a receber.

1) A Construponte é uma entidade formada por um consórcio de empresas com o objetivo de construir uma ponte ligando São Gonçalo ao Rio de Janeiro e, ao final, o consórcio será extinto. A previsão para a conclusão da ponte é de 5 anos. Neste caso, a classificação dos elementos patrimoniais deverá levar em conta que a entidade não funcionará indefinidamente. A previsão de encerramento das atividades da empresa afeta o valor do patrimônio, mesmo antes do encerramento. Estabelecer critérios adequados para a determinação do valor do patrimônio da entidade, levando em conta a sua dissolução, consiste em atender ao Princípio da Continuidade.

2) A empresa Linhas Aéreas Cruzeiro Ltda possui 10 aviões e encontra-se altamente endividada. Prevendo a possibilidade de dissolução da sociedade devido às constantes desavenças dos sócios, o Contador propôs o estabelecimento de uma provisão para adequar o valor dos aviões ao preço de mercado, uma vez que o valor registrado na contabilidade é superior ao valor de realização daqueles bens. Aquele contador deve ser parabenizado porque está seguindo fielmente o Princípio da Continuidade.

09

• Princípio da Oportunidade

O Princípio da Oportunidade refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram. Em outras palavras, as operações ou fatos que afetam o patrimônio devem ser registrados contabilmente no momento oportuno de maneira que as informações contábeis possam constituir-se base segura para as decisões da empresa.

A omissão de registros contábeis, por erro ou fraude, causa deformações que tendem a ser tanto maiores quanto mais relevantes são os fatos não computados.

Se perdas futuras são prováveis, realizam-se registros em Provisões. Assim, por exemplo, desembolsos que se esperam com indenizações trabalhistas, ajustes salariais, avais dados em títulos já vencidos e outras perdas, devem ser registrados contabilmente. Estas provisões representam maiores obrigações a serem cumpridas pela empresa, demonstrando a sua real situação patrimonial.

É a estimativa de uma provável despesa ou perda. São dois atributos básicos: é uma previsão, portanto, o seu valor é estimativo; além disso, existe a probabilidade de a despesa não ocorrer. As provisões são constituídas mediante incorporação de parcelas ao custo do exercício.

10

As perdas prováveis podem ser reversíveis ou apresentarem desfecho diferente do previsto, como em casos de acordo trabalhista, vitória judicial ou o pagamento do título avalizado. Mas, tal fato não deve ser levado em conta até que efetivamente ocorra. O que se deseja evitar é o elemento surpresa. Não deve a entidade, em seus registros, evidenciar otimismo nem pessimismos exagerados.

O Princípio da Oportunidade deve ser observado sempre que houver variação patrimonial, cujas origens principais são as seguintes:

- a) transações realizadas com outras entidades, formalizadas mediante acordo de vontade, como compra ou venda de bens e serviços;
- b) eventos de origem externa, de ocorrência alheia à vontade da administração, mas com efeitos sobre o patrimônio, como modificações nas taxas de câmbio, quebras de clientes, efeitos de catástrofes naturais etc.;
- c) movimentos internos que modificam a estrutura qualitativa do patrimônio, como a transformação de materiais em produtos acabados, bem como no sucateamento de bens inservíveis.

Alguns autores preferem denominar o Princípio da Oportunidade de Princípio da Universalidade. E, algumas vezes, ele é confundido com o Princípio da Competência, embora apresentem conteúdos diversos. Na Oportunidade temos o conhecimento da variação patrimonial e o seu oportuno reconhecimento, enquanto, na Competência, temos a determinação de sua natureza.

O Princípio da Oportunidade abrange dois aspectos distintos, mas complementares: a integridade e a tempestividade.

11

O objeto da Contabilidade é o patrimônio como um todo, não se aceitando a hipótese de que nos registros ou nas demonstrações contábeis possa ocorrer omissão de qualquer fenômeno que importe na desfiguração do conjunto, dos componentes do patrimônio ou do resultado do exercício.

A **integridade** diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade, isto é, sem qualquer falta ou excesso. Não se admite a exclusão de quaisquer variações monetariamente quantificáveis. Considera haver necessidade do reconhecimento das variações, mesmo na hipótese de só existir razoável certeza de sua ocorrência. Tome-se o exemplo das depreciações, que são efetuadas com base na vida útil de um bem, cuja redução do valor é registrada contabilmente para ajustar o valor do patrimônio da empresa.

O rompimento do compromisso com a integridade leva às deformações da informação contábil, caracterizando a fraude. Portanto, os profissionais da área contábil devem estar atentos ao Princípio da Oportunidade de maneira a prevenir erros e omissões, pelos quais são responsabilizados.

Todo bem, móvel ou imóvel, sofre no decorrer do tempo um desgaste que se refletirá, diretamente, em seu valor de mercado. Depreciação é o rebaixamento do valor, ou do preço, pelo qual uma coisa ou um bem era anteriormente avaliado. Essa perda de valor pode decorrer da utilização do bem, como no caso do desgaste da maquinaria de uma fábrica ou de um avião em razão das horas de voo (envelhecimento funcional). Qualquer que seja a causa, a perda de valor não se produz em um exercício financeiro, mas ao longo de vários anos. O método linear é o método de cálculo da depreciação mais utilizado. Ele consiste em dividir o custo do bem por seu número provável de anos de vida; debita-se o resultado como um custo anual.

12

A tempestividade indica que as variações sejam registradas no momento em que ocorrerem, mesmo na hipótese de alguma incerteza. Para que a Contabilidade produza uma idéia atualizada do que ocorre, espelhando tudo, até o momento em que se evidencia, é preciso que tão logo o fato seja percebido ou dele se tome conhecimento, mereça o competente registro.

Quando os Princípios começaram a surgir, o regime das escritas contábeis era quase todo manual; atualmente, é preciso considerar que cada vez mais os registros são realizados em máquinas eletrônicas. Com os meios de que hoje dispomos, a atualização de registros é um dever do profissional. Assim, fatos realizados à distância podem ser transmitidos por Fax, Internet ou por ação de terminais de computadores, permitindo imediatos registros em diversas partes.

Sem o registro no instante da ocorrência, ficarão incompletos os registros sobre o patrimônio até aquele momento e, em decorrência, insuficientes quaisquer demonstrações ou relatos, e falseadas as conclusões, diagnósticos e prognósticos.



13

• Princípio do Registro Pelo Valor Original (Cost Basis of Valuation)

De acordo com este princípio, os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda nacional. Em outras palavras, as aquisições de ativos deverão ser contabilizadas pelo seu valor histórico, ou seja, pelo seu valor de compra ou de aquisição dos insumos para fabricá-los. Quando da aquisição, poderão ser acrescidos aos valores originais apenas gastos necessários para colocar o ativo em condições de funcionamento ou de venda.

Exemplo

Assim, a compra de mercadorias cujo valor da nota fiscal é de R\$ 800,00, mas que para serem colocadas em condições de venda necessita de desembolso pela empresa de R\$ 40,00 de frete e R\$ 20,00 de seguro, deverá ser registrada no ativo pelo valor de R\$ 860,00.

- 1) A Revendedora de Motos Usadas Suzuki adquiriu uma GSXF-750/03 por R\$ 8.000,00, sabendo que o seu preço de mercado é de R\$ 10.000,00. Considerando o Princípio do Registro pelo Valor Original, o contador lançou a compra da moto pelo seu valor de aquisição (custo).
- 2) A Mercearia Vende Bem Ltda. adquiriu mercadorias no valor de R\$ 5.000,00. Pagou R\$ 40,00 de frete e R\$ 20,00 de seguro na aquisição dessas mercadorias. Considerando que esses gastos são indispensáveis para que as mercadorias sejam colocadas em condições de venda, a aquisição deverá ser registrada no ativo pelo valor total gasto, ou seja, R\$ 5.060,00.

14

As transações em moeda estrangeira devem ser transformadas em moeda nacional no momento do seu registro. Isto decorre da necessidade de homogeneização quantitativa do registro do patrimônio e das suas mutações, a fim de se obter a necessária comparabilidade.

O princípio do Registro pelo Valor Original e a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade

Considerando a necessidade de harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais, a Resolução nº 1.282/10 estabeleceu que os valores do ativo e do passivo devem ser mensurados em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – Custo histórico – os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

II – Variação do custo histórico – uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações utilizando o *custo corrente*, *valor realizável*, *valor presente*, *valor justo* e *atualização monetária*. Os critérios para aplicação das variações do custo histórico são estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio de normas técnicas, nas quais geralmente são indicadas as entidades e operações aplicáveis. Vale destacar que as operações com o mercado financeiro tem sido o principal alvo de estudos e aplicação dessas normas.

15

Aplicação da atualização monetária:

Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

É necessário considerar os seguintes aspectos em relação a adoção da atualização monetária:

- a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;
- para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e
- a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

• **Princípio da Competência dos Exercícios (Accrual Basis of Accounting)**

O Princípio da Competência dos Exercícios estabelece que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, isto é, de acordo com a data do fato gerador e não quando são recebidos ou pagos.

O Princípio da Competência pressupõe a simultaneidade da confrontação de receitas e despesas correlatas com isso, um serviço prestado em um determinado período, por exemplo, deve ter suas respectivas receitas e despesas registradas no mesmo período.

A Empresa Saber S.A. encerra seu exercício social em 31 de dezembro de cada ano. A conta de energia elétrica referente a dezembro de 2010 foi recebida e paga em janeiro de 2011. Todavia, a despesa foi atribuída ao exercício de 2010. Tal entendimento decorre do Princípio da Competência, segundo o qual o fato gerador da despesa é o período em que o serviço foi prestado e não a data do pagamento da conta.

A Empresa Garantia S.A. presta serviços de vigilância. Os serviços prestado no mês 01 são faturados só no mês 02 e recebidos no início do mês 03. Nesse caso, a receita será atribuída ao mês 01 porque ela deve ser reconhecida no mês em que o serviço foi realizado, e não na data de emissão ou recebimento da fatura.

O Princípio da Competência é baseado no Regime da Competência. Há dois regimes contábeis para registrar despesas e receitas: Regime de Caixa, que consiste no registro contábil do pagamento ou recebimento no momento de sua efetivação, e Regime de Competência, que registra as despesas e as receitas quando ocorrem, mesmo que não tenham sido pagas ou recebidas.

Exercício Social ou Exercício Contábil é o espaço de tempo escolhido para que a Contabilidade mostre a situação patrimonial e financeira na evolução dos negócios da empresa. Esse período geralmente é de um ano, podendo corresponder ao ano-calendário ou não.

É aquele que define a ocorrência da despesa ou da receita. Exemplificando: a compra de uma casa é o fato gerador da despesa correspondente ao pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a venda de uma mercadoria a prazo é o fato gerador daquela receita, mesmo que o seu recebimento só vá ocorrer daí a 90 (noventa) dias.

• Princípio da Prudência

O Princípio da Prudência pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Para melhor entender a sua aplicabilidade devemos lembrar-nos de fatos que exigem estimativas e que envolvem incertezas de grau variável. Esses fatos geralmente se referem a mutações posteriores ao final do exercício, como por exemplo, a existência de uma ação trabalhista contra a empresa – cujo desfecho somente ocorrerá após o final do exercício financeiro.

Neste caso é necessário constituir uma provisão para perdas, atendendo ao Princípio da Prudência, mesmo sabendo que o resultado poderá ser favorável à empresa. O risco de falência de um cliente da empresa é outro caso no qual devemos aplicar o Princípio da Prudência, mesmo sabendo que talvez não haja perda total do crédito a receber do cliente falido, ou ainda, o cliente pode até reverter a sua situação pré-falimentar, mas a provisão deverá levar em conta o critério que resulte em um menor Patrimônio Líquido, resultando, portanto, em uma provisão de 100% do crédito relativo ao cliente.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa determina o ajuste, para menos, de valor decorrente de transações com o mundo exterior, das duplicatas ou de contas a receber. A escolha não está no reconhecimento ou não da provisão, indispensável sempre que houver risco de não-recebimento de alguma parcela, mas, sim, no cálculo do seu montante.

Observe que na aplicação do Princípio da Prudência sempre há incerteza, pois quando há certeza em relação ao valor a ser provisionado, o seu registro estará atendendo ao Princípio da Oportunidade. Entretanto, a aplicação do Princípio da Prudência não deve levar a excessos, a situações classificáveis como manipulações do resultado, com a conseqüente criação de reservas ocultas. Pelo contrário, deve constituir garantia de inexistência de valores artificiais, de interesse de determinadas pessoas, especialmente administradores e controladores, aspecto muito importante nas Entidades integrantes do mercado de capitais. Deve-se evitar, portanto, a prevalência de juízos puramente pessoais ou de outros interesses na aplicação da Prudência.

2- CONVENÇÕES CONTÁBEIS E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS

O Conselho Federal de Contabilidade é o mentor da corrente que não faz distinção entre Postulados, Princípios ou Convenções Contábeis. Por isso, estabeleceu por meio da Resolução 1,282/10, os seis Princípios de Contabilidade já estudados, sem mencionar os Postulados e Convenções por considerá-los com a mesma hierarquia.

No quadro a seguir são apresentados os Princípios estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

PRINCÍPIOS	CONCEITOS
Entidade	Defende a autonomia entre o patrimônio da empresa e o dos sócios (acionistas)
Continuidade	Pressupõe que a empresa continuará em operação no futuro. Sendo constatadas evidências de término da atividade, essas evidências devem ser consideradas na elaboração das demonstrações contábeis.
Registro pelo Valor Original	As operações devem ser registradas inicialmente pelo valor de custo de aquisição, expresso em moeda nacional.
Competência	Receitas e despesas devem ser reconhecidas no período ao qual estejam associadas.
Oportunidade	Registros contábeis feitos com tempestividade (datas dos eventos) e Integridade (valores corretos), sem considerar recebimento/pagamento.
Prudência	Precaução no registro de estimativas, evitando que receitas e ativos sejam superestimados e despesas e passivos sejam subestimados.

19

3 - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE - NBC

Segundo Hilário Franco, as "normas contábeis são convencionais e não fundamentais para o registro de fatos e elaboração de demonstrações e informações contábeis, devendo ser interpretadas como regras complementares, obedientes aos Princípios Fundamentais e necessárias como padrões de conduta ou guias-de-orientação para o exercício profissional".

O Conselho Federal de Contabilidade, na Resolução CFC nº 751, de 29 de dezembro de 1993, dispôs sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, que configuram regras objetivas de conduta. Segundo essa Resolução:

"Art. 2º As Normas classificam-se em Profissionais e Técnicas, sendo enumeradas seqüencialmente.
§ 1º As Normas Profissionais estabelecem regras de exercício profissional, caracterizando-se pelo prefixo NBC P.

§ 2º As Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade, caracterizando-se pelo prefixo NBC T".



20

As estruturas das Normas Profissionais e Técnicas serão agora apresentadas para que você possa entender a sua classificação e utilizá-las adequadamente.

Normas Profissionais - A estrutura é a seguinte:

NBC P1- Normas Profissionais de Auditor Independente

NBC P2- Normas Profissionais de Perito Contábil

NBC P3- Normas Profissionais de Auditor Interno

Normas Técnicas - A estrutura é a que segue:

NBC T 1- Das Características da Informação Contábil

NBC T 2- Da Escrituração Contábil

NBC T 3- Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

NBC T 4- Da Avaliação Patrimonial

NBC T 5- Da Correção Monetária

NBC T 6- Da Divulgação das Demonstrações Contábeis

NBC T 7- Da Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis

NBC T 8- Das Demonstrações Contábeis Consolidadas

NBC T 9- Da Fusão, Incorporação, Cisão, Transformação e Liquidação das Entidades

NBC T10 -Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas

NBC T11- Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis

NBC T12-Da Auditoria Interna

NBC T13-Da Perícia Contábil

21

Para exemplificação de como são apresentadas as Normas, vamos reproduzir um item da NBC T1 sobre confiabilidade das informações contábeis:

"1.4.2 - A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo.

.§ 1º A veracidade exige que as informações contábeis não contenham erros ou vieses, e sejam elaboradas em rigorosa consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e, na ausência de norma específica, com as técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade, nos limites de certeza e previsão por ela possibilitados.

.§ 2º A completeza diz respeito ao fato de a informação compreender todos os elementos relevantes e significativos sobre o que pretende revelar ou divulgar, como transações, previsões, análises, demonstrações, juízos ou outros elementos".

.§ 3º A pertinência requer que seu conteúdo esteja de acordo com a respectiva denominação ou título".

22

RESUMO

Os Princípios, Convenções e Normas objetivam o tratamento contábil uniforme dos atos e fatos administrativos e das demonstrações deles decorrentes. Os Princípios referem-se às diretrizes mais gerais e as Convenções aos procedimentos que delimitam a aplicação dos Princípios. Enquanto os Princípios e as Convenções fundamentam e justificam a ação, as Normas a dirigem na prática.

Neste módulo são estudados os 6 (seis) Princípios Fundamentais estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade: da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade, do Registro pelo Valor Original, da Competência dos Exercícios e da Prudência.

O Princípio da Entidade afirma a autonomia patrimonial, no sentido de que o patrimônio de uma entidade não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários.

O Princípio da Continuidade parte do pressuposto de que a entidade continuará existindo por tempo indeterminado. Sendo constatadas evidências de término da atividade, essas evidências devem ser consideradas na elaboração das demonstrações contábeis.

O Princípio da Oportunidade determina que as operações ou fatos que afetam o patrimônio sejam registrados contabilmente no momento oportuno de maneira que as informações contábeis possam constituir-se base segura para as decisões da empresa. Refere-se à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações. A integridade diz respeito à necessidade de as variações serem reconhecidas na sua totalidade e a tempestividade diz respeito ao registro das variações no momento em que ocorrerem.

O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que as aquisições de ativos sejam contabilizadas pelo seu valor histórico, ou seja, pelo seu valor de compra ou de aquisição dos insumos para fabricá-los.

Estabelece o Princípio da Competência que as receitas e as despesas devem ser atribuídas ao período contábil no qual ocorrem e não quando são recebidos ou pagos.

O Princípio da Prudência determina a adoção de estimativas que não subestimem o passivo e não superestimem o ativo. A prudência diz respeito na avaliação patrimonial que resulte menor patrimônio líquido. Essa posição conservadora procura defender os usuários das demonstrações contábeis quanto ao valor patrimonial da entidade.

O Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) estabelece Postulados (Entidade e Continuidade), Princípios (Custo como Base de Valor, Denominador Comum Monetário, Confronto das Despesas com as Receitas e com o Período Contábil e Realização da Receita) e Convenções (Objetividade, Conservadorismo, Materialidade e Consistência ou Uniformidade), enquanto o Conselho Federal de Contabilidade não faz distinção conceitual entre eles, estabelecendo apenas Princípios Fundamentais.

O Conselho Federal de Contabilidade dispõe também sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade, classificando-as em Profissionais e Técnicas. As Normas Profissionais definem regras de exercício profissional e as Normas Técnicas estabelecem conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade.